



Perguntas dirigidas ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de vídeo-conferência, pelos participantes da Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países Membros do Banco Mundial

Palácio do Planalto, 16 de fevereiro de 2004

Parlamentar paquistanês – Gostaria de conhecer suas opiniões sobre a redução da pobreza. A minha pergunta diz respeito ao papel de destaque do Brasil nas negociações da OMC em Cancún. O sr. mencionou anteriormente que as políticas de cooperação são importantes para cumprir as Metas do Milênio. No contexto das iniciativas financeiras internacionais, países como o meu, Paquistão, foram obrigados a reduzir os subsídios aos produtos agrícolas a praticamente zero. Já os países desenvolvidos subsidiam pesadamente a sua própria produção agrícola, o que prejudica o valor de mercado de nossas exportações agrícolas. Uma explicação que se tem apresentado para o fracasso da reunião de Cancún foi a atuação do G-20. Qual é a sua avaliação sobre os próximos acontecimentos: o G-20 vai manter sua posição, recuar, ou buscar uma acomodação?

Presidente: Olha, primeiro eu quero cumprimentar a senhora do Paquistão, que fez a pergunta. E dizer para ela que na própria pergunta está embutida uma boa resposta.

A questão dos subsídios que os países ricos impõem, para financiar a agricultura dos seus países, é uma questão muito menos econômica e muito mais política. Nós sabemos que vários países têm subsídio porque os agricultores passam a ter um peso extraordinário na época das eleições e, portanto, as pessoas não querem mexer no subsídio; não é pelo peso econômico, é pelo peso político.



O que nós temos defendido? Se nós estamos defendendo o livre comércio, o livre comércio tem que valer para todos e não apenas para alguns. Os países em desenvolvimento, ou os países mais pobres, que têm na agricultura uma das fontes de produção de riqueza, não podem ser impedidos de vender os seus produtos ao mundo desenvolvido por conta do subsídio. Então, essa é uma questão.

A segunda questão é que qualquer país, numa mesa de negociação, só respeita o outro país se este país não estiver de cabeça baixa. Eu aprendi na minha vida, como sindicalista, que nenhum interlocutor respeita um outro interlocutor que não se respeita. Quem tem que brigar pelos nossos interesses somos nós. Por isso a importância do G-20. O G-20 conseguiu juntar em torno da luta por um comércio exterior mais amplo, mais democrático, mais igual para todo mundo, juntando as pessoas que têm a mesma similaridade, os mesmos problemas. Não adianta ficarmos pedindo apenas – é importante pedir – mas é importante que nós comecemos a provar que temos condições, entre nós mesmos, de resolvermos parte dos problemas que nós temos. Nós ainda não estabelecemos a nossa relação comercial a fundo com o Paquistão, com a China, com a África do Sul, com o México, e esses países também não preencheram a totalidade do seu potencial de negociação com países como o Brasil.

Então, nós temos que ver claramente o seguinte: onde nós poderemos nos ajudar? Aonde nós conseguimos complementar as necessidades um do outro? E a partir daí, ter força política para sentar na OMC e exigir uma negociação mais equânime. Eu acredito piamente nisso.

E eu quero até dizer uma coisa, com relação à quantidade de políticos que estão participando. Eu sou um político. Quando comecei a minha vida política em 78, eu dizia que não gostava de política. E, de repente, eu estou presidente da República. Perdi muitas eleições, é verdade, mas estou como presidente da República. E eu tenho chamado a atenção para um fato que eu



considero importante: a fome, por enquanto, é um problema social, não é um problema político. Ela vai se transformar num problema político quando os famintos do mundo começarem a gritar. Ora, como vai ser muito difícil eles gritarem, porque eles não têm sindicato, não têm partido político, não participam de nada – afinal de contas quem está com fome, está com fome – nós temos que juntar, na sociedade mundial, as pessoas que têm sensibilidade para isso.

É por isso que eu fui ao encontro com o presidente Chirac e com o secretário Kofi Annan. Tenho que aproveitar a minha origem, de onde eu vim, para não esquecer o problema da fome. Os seres humanos, normalmente, reagem de acordo com o chão que os seus pés estão pisando. Se está junto da pobreza, pensa na pobreza, mas se daqui a pouco estiver do lado dos ricos, pensa como os ricos. Eu cheguei à Presidência da República, mas não quero esquecer de onde vim, eu não quero esquecer o mundo onde eu convivi politicamente. Por isso, eu acho importante a gente transformar a fome num problema político.

Eu pretendo mandar uma carta para cada presidente de todos os países do mundo. Nós pretendemos mobilizar o movimento sindical no mundo inteiro, mobilizar os parlamentares, mobilizar as ONGs. Eu acredito que é possível criar um movimento mundial contra a fome. Até porque, eu acho que o nome da paz – que nós queremos tanto, pela qual brigamos tanto – chama-se justiça social. Se não tivermos justiça social, mais difícil será termos a tão sonhada paz.

Parlamentar peruano – É um honra estar com o sr. Aproveito para transmitir os calorosos cumprimentos do vizinho, Presidente Toledo. Gostaria de conhecer sua avaliação sobre o papel da América Latina, mais particularmente da América do Sul – onde está o Brasil – no mundo pós-11 de setembro e pós-Guerra do Iraque.



Presidente: Olha, a coisa mais importante que nós fizemos no primeiro ano de Governo, além do que fizemos internamente, com a reforma da Previdência e a reforma Tributária, foi a integração política da América do Sul. Eu dediquei praticamente 11 meses do meu Governo para estabelecer uma política de confiança entre todos os presidentes da República e para mostrar a eles que a nossa integração só será efetivamente definitiva quando, além das boas intenções de integração política e de integração cultural, nós tivermos a integração física, porque precisamos construir pontes, rodovias, ferrovias, hidrovias, telecomunicações. Ou seja, nós precisamos cuidar de fazer a integração da América do Sul.

Nós assumimos um compromisso em Cuzco, no encontro no Grupo do Rio, em que a paz não é uma palavra menor no nosso discurso cotidiano. A paz é uma busca incessante e essa paz está intimamente ligada à questão dos direitos humanos, da questão da justiça social. Eu penso que todos nós, aqui na América do Sul, repudiamos com veemência o que aconteceu no dia 11 de setembro, não queremos que aconteça mais. Agora, eu quero chamar a atenção: ou nós assumimos a responsabilidade de ajudar os países pobres a se desenvolverem, a gerarem empregos e riqueza, ou a paz estará cada vez mais comprometida.

Parlamentar holandês – Tendo em vista que esta é uma reunião de parlamentares, representantes do povo, que desejam assegurar que as decisões sobre desigualdade e financiamento do desenvolvimento sejam tomados de forma democrática, queria pedir sua avaliação sobre o papel dos parlamentares em duas questões:

A primeira pergunta diz respeito a sua proposta de um fundo internacional de combate à fome, que exigirá apoio internacional. Preocupa-me a multiplicação



recente de fundos internacionais. São feitas muitas declarações de boas intenções, mas ao cabo não se materializam as contribuições anunciadas. Gostaríamos muito de ajudá-lo a viabilizar sua proposta. Entretanto, nos perguntamos se faz sentido criar mais um fundo. Qual seria a estratégia para obter recursos?

A segunda pergunta se refere ao fato de o sr. trabalhar em estreita coordenação com o FMI e o Banco Mundial. Somos uma rede que também trabalha com essas instituições. Temos interesse em conhecer sua avaliação sobre as desigualdades no Brasil e como essas instituições podem contribuir para superar esse problema. Qual tem sido sua experiência nessa matéria?

Presidente: A primeira parte da pergunta foi uma constatação que eu fiz, discutindo com os meus amigos da ONU. A verdade é que fundos existem muitos; agora, dinheiro, existe muito pouco, porque, normalmente, as pessoas aprovam fundos e, depois, ninguém coloca dinheiro.

Eu, no dia 23 de setembro, quando fui à ONU fazer o meu pronunciamento, tentei fazer um gesto para ver se chamava a atenção de outros amigos presidentes e de personalidades: eu tinha ganho um prêmio de 50 mil euros, do Príncipe das Astúrias, e doei esse prêmio ao fundo ligado ao PNUD, para ver se conseguiríamos ter estímulo. Consegui mais 1 milhão e 600 mil dólares de empresários brasileiros, que também já estão creditados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Eu acho que há muita coisa para ser feita, junto à iniciativa privada, junto a entidades não-governamentais. Mas eu acho que nós temos que olhar um pouco as coisas que parecem difíceis mas que, no fundo, no fundo, nós nunca tentamos.

Por exemplo, eu fico imaginando um fundo sobre o comércio de armas no mundo. São quase 1 trilhão de dólares de comércio de armas, no mundo. Imaginem um pequeno percentual disso, o que poderia render para acabar com



a fome.

Eu fico imaginando a quantidade de dinheiro que tem nos paraísos fiscais. Ora, só o nome “paraíso fiscal” já lembra que as pessoas não pagam imposto; portanto, está na hora de darem uma contribuição para acabar com a fome em algum país do mundo. E tem outras formas. O que precisa é que o Parlamento, no mundo inteiro, comece a discutir.

Quero deixar muito claro: não estou falando de um fundo para países como o Brasil. Eu acho que o Brasil tem condições de resolver os seus problemas sem precisar de fundo. Eu acho que há países mais pobres do que nós. É só a gente viajar o mundo que vamos ver países que estão em uma situação, que não dá nem para a gente dormir direito, depois de visitar esses países.

E eu acho que esse assunto é uma responsabilidade nossa. Nós precisamos fazer com que os nossos discursos se voltem para aqueles que não têm direito de falar. O pobre, no mundo, não tem como falar, não tem como discursar. Ele não é nem recebido, porque pobre não encosta nem perto de candidato em época de eleição, porque não deixam.

Eu quero aproveitar o meu mandato para me dedicar a isso, para ver se conseguimos convencer aqueles que comem a ser solidários com aqueles que não comem; aqueles que trabalham a ser solidários com aqueles que não trabalham. E eu acho que nós vamos conseguir isso. Pode demorar algum tempo, não tem problema. Até porque eu vou continuar fazendo isso, mesmo quando não for mais Presidente da República. Isso é um compromisso de cidadão, não é um compromisso de Presidente.

A segunda coisa é que nós, no Brasil, demos uma demonstração extraordinária, que foi garantir a estabilidade macroeconômica do país sem inventar nenhum plano econômico, apenas recuperando aquilo que nenhum político pode perder, que é a sua credibilidade.

Nós encontramos o país com um risco-Brasil praticamente a 2 mil



pontos, hoje está a menos de 500. Nós não tínhamos financiamento para as nossas exportações, hoje temos. A economia começa a crescer. A inflação, que era prevista para 40% está, agora, prevista para 5,5%. E eu estou muito mais otimista do que estive, no começo do ano passado, quando tomei posse.

Nós temos, no Banco Mundial, um parceiro solidário nessa luta. Eu sei que nem sempre o Banco Mundial pode ajudar em tudo o que a gente precisaria e, muitas vezes, também, o Banco Mundial anuncia uma ajuda, mas a gente não pode gastar porque tem que cumprir um superávit primário; a gente não pode gastar aquilo que, às vezes, aparece noticiado na imprensa.

Sou daqueles que acreditam que o FMI vai ter que mudar o seu comportamento. O FMI não pode ter uma única receita para o desenvolvimento dos países pobres, que é o ajuste fiscal duro, muitas vezes não permitindo que os países cresçam. Acho que o FMI precisa adotar a linguagem do crescimento econômico, da distribuição de renda; é preciso que o FMI comece a fazer uma diferenciação entre o que é investimento produtivo e o que é dívida.

Estou convencido que nós haveremos de ter esses avanços. Eu estou convencido, é apenas uma questão de tempo, uma questão de conversa. Vocês podem ajudar muito, cada parlamentar pode ajudar.

Acho também que nós, governantes do Terceiro Mundo que, normalmente, somos os países que mais necessitamos do recurso de fora, temos que levantar a cabeça e perceber que parte dos nossos problemas nós é que temos que resolver.

É com esse otimismo que eu governo o Brasil, e é com esse otimismo que eu acredito piamente que, a cada ano, nós vamos conseguir fazer com que haja avanços na relação de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, como o FMI, para que possamos fazer, dos poucos recursos disponíveis, justiça social.

Quando os países ricos dizem que precisam subsidiar para poder dar alimento aos países pobres, eu acho que isso não é correto, porque eu



preferiria que os países ricos dessem dinheiro para o desenvolvimento dos países pobres – para ensinar as pessoas a plantarem, para levar tecnologia para a agricultura. Tem muito jeito de fazer as coisas sem que se precise, a vida inteira, ficar doando coisas para as pessoas.

Se tem uma coisa que o ser humano preza e que é o maior símbolo da sua dignidade, é ele poder sobreviver às custas do seu trabalho e não às custas de favor, de quem quer que seja.

/mcpro/vpm